



Canal Energia – 17 Fev 2004

## **Adiamento dará mais fôlego para negociar mudanças, segundo agentes** **Apesar do adiamento da votação para o dia 2 de março, o senador Delcídio Gomes (PT-MS) pretende concluir relatório nesta quarta-feira, dia 18**

O adiamento da votação dos projetos de lei de conversão das medidas provisórias 144 e 145 para o dia 2 de março dará mais fôlego às negociações entre o governo e o setor. Sem falar em vencedores e vencidos, os agentes acreditam que terão mais tempo para convencer o governo a mudar pontos que consideram cruciais para a sustentabilidade do setor.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do PLC que trata das regras de comercialização de energia no novo modelo, pretende concluir o relatório final nesta quarta-feira, dia 18, após mais uma reunião com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. O objetivo também é consultar os agentes sobre as mudanças propostas.

"O que se busca é garantir um conjunto de emendas que reestabelecem as condições de sustentabilidade para o modelo proposto. Sem isso, o setor pode se desestabilizar como um todo", comenta Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica.

São itens que podem afetar até mesmo os pontos principais do modelo, que são a modicidade tarifária e a atração de investimentos, segundo o executivo da CBIEE. Sales refere-se aos itens da chamada agenda mínima, como repasse dos custos dos leilões para as tarifas, segregação entre energia nova e energia velha, financiamento para universalização, redução de mercado em caso de racionamento, descruzamento societária etc.

O principal embate com o governo nas negociações recai sobre o direito de repasse dos custos dos leilões de energia (o regular e o de ajuste de mercado) para as tarifas e na segregação da energia nova e energia velha. "Apesar do adiamento, todos os agentes continuam olhando a questão com muita apreensão", sentencia Sales.

Para a Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, o adiamento da votação para depois do Carnaval foi uma decisão boa para todos: agentes, governo e classe política. "Ficou suficientemente claro que não havia condições políticas para aprovar o texto originário da Câmara dos Deputados. Com isso, ganha-se tempo para aprofundar as negociações", avalia Maurício Corrêa, diretor-executivo da Abraceel, destacando a demonstração de unidade do setor nas conversas no Senado.

Maurício Corrêa acredita que as negociações no Senado, após o Carnaval, serão retomadas em num novo patamar. "Nesta etapa, ficou claro que não é possível atropelar as reivindicações do setor dentro do Senado. Os agentes mostraram que têm objetivos comuns", observa o diretor da Abraceel, frisando que nas negociações não houve vencedor nem vencido.